



SEGURANÇA PÚBLICA

BOLETIM INFORMATIVO

Índice

03

Operação Aleteia: doze são denunciados por fraude fiscal de R\$ 10 Mil

04

MP e Polícia cumprem 44 mandados na Bahia em operação contra Organizações Criminosas

05

Operação “Pé de Coelho”: homem é preso e armas e computadores são apreendidos

06

Foragidos são presos com auxílio de reconhecimento facial em Salvador

07

MP traça novas metas em reunião do CISP em Camaçari

08

Evento discute Segurança Pública e Justiça Restaurativa em Teixeira de Freitas

09

Comitê Interinstitucional em Segurança Publica é reativado em Paulo Afonso

10

O Combate ao Crime Digital é tema de Ciclo de Debates do MP

14

Reunião destaca ações do CISP Alagoinhas em quatro anos de atuação

15

MP promove curso de Justiça Negociada em Ilhéus

16

Congresso derruba 18 vetos presidenciais da Lei de Abuso de Autoridade

17

Ministra nega transferência de policial denunciado por morte de Marielle Franco e Anderson Gom

Operação Aleteia: Doze são denunciados por fraude fiscal de R\$ 10 mil

A Justiça recebeu na última sexta-feira, dia 9, denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual contra 12 pessoas envolvidas em crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, fraude processual e formação de quadrilha, apurados durante a Operação Aleteia. Conforme o Grupo Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária (Gaesf), os denunciados fraudaram o fisco estadual em quase R\$ 10 milhões.

Entre os denunciados está Rafael Prado Cardoso, proprietário da empresa RPC Livraria e Papelaria, e apontado como mentor e líder da associação criminosa. Os outros denunciados são o jornalista Casemiro Gomes Cardoso Neto, Ariana Nasi Anes Cardoso, Ana Maria de Macedo Prado Cardoso, Marcos Menezes de Oliveira, Washington Luís Cidreira Mendes, Maria de Fátima Andrade Silva, Tatiane Ramos, Ana Paula dos Santos, César Vasconcelos Mattos, Bruno Vasconcelos Mattos e Ricardo Vasconcelos Mattos.

Segundo o coordenador do Gaesf, promotor de Justiça Hugo Casciano, as fraudes fiscais foram cometidas por meio de "complexo esquema envolvendo mais de vinte empresas", montado para sonegar tributos ou recolhê-los em valor inferior ao devido e fraudar processos licitatórios.

A Operação Aleteia foi deflagrada em novembro de 2015 pelo MP estadual, por meio do Gaesf, em conjunto com a Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública (Dececap) e a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), por meio da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip). As investigações contaram com material apreendido nas empresas envolvidas, interceptação telefônica e quebras de sigilo fiscal e bancário.



Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/47773>

MP e polícia cumprem 44 mandados na Bahia em operação contra organizações

criminosas

O Ministério Público brasileiro realiza nesta quinta-feira, 15, operações simultâneas em nove estados para combater o crime organizado. Na Bahia são cumpridos 44 mandados, sendo 19 de prisão e 25 de busca e apreensão, nos municípios de Senhor do Bonfim, Jacobina, Juazeiro, Capim Grosso, Serrolândia e Lauro de Freitas.

Entre os alvos estão integrantes de organização criminosa relacionada com o Primeiro Comando da Capital (PCC) que atua com tráfico de drogas e é responsável por diversos homicídios no estado.

A operação "Capinagem" na Bahia conta com 11 promotores de Justiça, 74 policiais militares e 99 policiais rodoviários federais. As ações simultâneas no Brasil contam com nove Grupos de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaecos) do MP. No total estão sendo cumpridos 300 mandados judiciais, entre prisões e buscas e apreensões.



OPERAÇÃO 'PÉ DE COELHO': HOMEM É PRESO E ARMAS E COMPUTADORES SÃO APREENDIDOS

Um homem foi preso em flagrante e três lanchas e oito veículos foram sequestrados, por determinação judicial, como resultado da 'Operação Pé de Coelho', deflagrada na madrugada de hoje, dia 22, pelo Ministério Público estadual, Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) e Polícia Civil. A força-tarefa, que envolveu 60 pessoas entre promotores de Justiça, policiais e auditores fiscais, desbaratou um esquema de sonegação fiscal no ramo do setor atacadista de alimentos, que causou prejuízos de R\$ 25 milhões aos cofres estaduais.



Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, sendo seis na capital baiana e o restante em Itaparica e Lauro de Freitas. Foram apreendidos documentos, aparelhos eletrônicos, pendrives, sete cheques, joias, oito notebooks, oito celulares, um tablet, duas armas de fogo e quase três mil euros. As informações foram divulgadas pela manhã em entrevista coletiva de imprensa.

José Pazos Juncal foi preso em Salvador, durante busca e apreensão realizada em sua residência, onde foram encontradas pequena quantidade de maconha e arma sem o devido registro de porte. Ele é pai de Hugo Coelho Juncal, considerado o líder da organização criminosa, que se encontra foragido, com mandado de prisão preventiva em aberto. Segundo o promotor de Justiça Hugo Casciano, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária e Econômica (Gaesf), há informações de que Juncal estaria fora do País, na Espanha. Casciano informou que as autoridades, inclusive a Interpol, já foram alertadas da situação.

Foragidos são presos com auxílio de Reconhecimento Facial em Salvador

De acordo com informações da SSP, eles foram localizados em pontos de grande circulação da cidade. Giovani tinha mandado de prisão preventiva por roubo há quase um ano, enquanto o outro foragido responde a processo pela Vara Criminal de Camaçari. A dupla foi encaminhada para a Central de Flagrantes, onde os mandados foram cumpridos.

Saiba mais em :

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2085383-foragidos-sao-presos-com-auxilio-de-reconhecimento-facial-em-salvador>



MP traça novas metas em reunião do CISP em Camaçari

O Comitê Institucional de Segurança Pública (Cisp) se reuniu na última quinta-feira (01), na Cidade do Saber, em Camaçari, para identificar metas para o segundo semestre deste ano e alinhar atividades para a articulação e consecução dos objetivos relacionados às demandas propostas. Na oportunidade, o Ministério Público estadual ainda apresentou ao colegiado o histórico de ações do órgão.

Também durante a 18ª reunião ordinária do Cisp de Camaçari, a promotora de Justiça Aline Cotrim, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Camaçari, assumiu a coordenação do Cisp. A reunião contou com a presença da promotora de Justiça Mirella Brito, subcoordenadora do Cisp Camaçari, e Carla Andrade Barreto, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Camaçari. Além de representantes da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, da Secretaria de Educação, Administração e Turismo de Camaçari, do Comitê de Gestão Integrada (CGIM), Corpo de Bombeiros e representantes da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e do Atendimento Móvel de Urgência (Samu), entidades religiosas e sociedade civil.

Disponível em: <https://www.mp.ba.gov.br/noticia/47629>



Evento discute segurança pública e justiça restaurativa em Teixeira de Freitas

O Ministério Público estadual promoveu nos dias 10 e 11 deste mês um seminário para discutir a segurança pública no município de Teixeira de Freitas. O evento ocorreu no auditório da Faculdade Pitágoras e contou com a presença de estudantes, profissionais e autoridades que atuam na área de segurança. A programação foi aberta com a palestra sobre o tema 'Pacto Pelotas pela Paz, um case de sucesso em segurança pública municipal', que foi ministrada pelo analista de sistemas Aldo Bruno Ferreira. Também foram discutidos temas como 'Justiça restaurativa e segurança pública: da prevenção à transformação de conflitos e crimes'; e 'A importância do planejamento urbano sustentável e seus reflexos criminais: um diálogo entre Brasil e Portugal'. O seminário terminou na noite do dia 11, com a apresentação do especialista em direito penal e processual penal, José Dultra de Lima Júnior, que falou sobre 'Estratégia de responsabilização: uma proposta para a redução da criminalidade em Teixeira de Freitas'.



Comitê Interinstitucional em Segurança Pública é reativado em Paulo Afonso

O Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) de Paulo Afonso foi reativado ontem, dia 26, em uma reunião realizada pelo Fórum Adauto Pereira. O projeto, desenvolvido Ministério Público estadual, reúne diferentes instituições para criar estratégias conjuntas para reforçar a segurança da população na cidade. Mais de 15 órgãos da região marcaram presença na reunião, que foi aberta pelo Promotor de Justiça e coordenador do Cisp de Paulo Afonso Igor Silva. Em seguida, o Promotor de Justiça Gilber Santos, que coordena o projeto Cisp no estado, ressaltou os possíveis resultados da colaboração promovida pelo comitê. "O engajamento destas instituições pode resultar em ganhos positivos para a sociedade a médio e longo prazo, sem a necessidade de alocação de recursos públicos, que são escassos", afirmou. Já o Promotor de Justiça Carlos Augusto Machado pontuou que a atuação do grupo não deve ser apenas para combater a criminalidade já existente: "a atuação coordenada entre as instituições deve enfrentar as causas primárias dos problemas sociais, já que combater apenas as consequências não resolve os índices de violência urbana". O Promotor de Justiça Moacir Silva também colaborou para o evento."

Estiveram presentes na reunião membros da Defensoria Pública; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); da Polícia Civil; da Polícia Militar; da Polícia Rodoviária Federal; e da Guarda Civil Municipal; além de representantes da Prefeitura de Paulo Afonso e da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (Ceapa). Os trabalhos do Comitê Interinstitucional de Paulo Afonso serão oficialmente retomados em setembro.



O combate ao crime digital é tema de ciclo de debates no MP



O uso de tecnologias para produção de provas digitais no processo penal e a exposição pornográfica não consentida na internet foram os temas do XV Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social, realizado hoje, dia 6, na sede do Ministério Público estadual, em Salvador. Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), responsável pela organização do evento, o procurador de Justiça Geder Gomes falou que o debate busca promover a troca de experiências e fomentar políticas de Estado. “Crime digital é um assunto que está no centro da agenda pública e o MP precisa estar alinhado para atuar de forma cada vez mais eficiente”, afirmou o Procurador.

A Promotora de Justiça do Mato Grosso do Sul e autora de diversos livros sobre crimes virtuais, Ana Lara Camargo Castro falou que o crime digital, sobretudo quando envolve exposição não consentida de pornografia, não se resolve com posturas proibitivas. “Não cabe na sociedade contemporânea imaginar que é possível evitar a exposição. Há muito abrimos mão da nossa privacidade e da nossa segurança em troca de comodidade, informação e facilidade de comunicação”, afirmou Ana Lara, acrescentando que na sociedade pós-privacidade o que cabe aos órgãos que integram o sistema de justiça e aos operadores do direito é trabalhar com a repercussão dessa superexposição. “As facilidades que a tecnologia e a internet propiciam têm um custo. Nas questões íntimas, uma troca de imagens sexuais entre um casal, algo normal na nossa sociedade, pode resultar em diversos crimes”, afirmou a promotora, citando a pornografia de vingança e a extorsão por meio da invasão de dispositivos móveis como os mais recorrentes.

O combate ao crime digital é tema de ciclo de debates no MP



O combate ao crime digital é tema de ciclo de debates no MP

Integrante do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do MP baiano (Nucciber), o promotor de Justiça Dário Kist falou sobre os desafios da produção da prova na investigação dos crimes digitais. “O ciberespaço não conhece fronteiras físicas. É um espaço transnacional e a prova é tão volátil e difusa quanto ele”, afirmou, ressaltando, porém, que todo crime deixa rastros e pode ser provado. “Nós produzimos essas provas o tempo todo. Quando acessamos a rede, isso se dá por meio de um protocolo de internet, o IP, uma espécie de assinatura digital. Com o crescimento do uso da rede, acessada hoje por mais de 5 bilhões de usuários, um IP chega a ser compartilhado por centenas de pessoas, exigindo que nossas técnicas se aprimorem a cada dia”, salientou. Dário Kist destacou que a maior dificuldade está em investigar os crimes cometidos na Deep e na Dark Web. “Nessas zonas da rede, onde estão 96% do conteúdo da internet, a criptografia dos dados é mais complexa e a investigação precisa ser igualmente sofisticada”, concluiu.

O combate ao crime digital é tema de ciclo de debates no MP

Disponível em:
<https://www.mpba.mp.br/noticia/48060>

Promotor de Justiça do Ministério Público da Paraíba, Octávio Paulo Neto afirmou que a tecnologia é hoje uma importante ferramenta de produção de conhecimento no processo penal. “A principal questão que se põe ao investigador não é mais ‘como achar os dados’, mas sim ‘como dar a essas informações o significado correto, uma vez que quase todas já estão disponíveis na internet em ferramentas de uso aberto”, destacou ele. Octávio destacou a importância de saber onde e como pesquisar. “O planejamento de uma investigação tecnológica precisa de mapeamento. Essas ferramentas precisam fazer parte do nosso dia a dia e orientar nossas ações”, afirmou.



Reunião destaca ações do Cisp Alagoinhas em quatro anos de atuação

As operações contra os CVP foram realizadas desde 2018, com a mediação do Ministério Público e a participação das Polícias Rodoviária Federal, Rodoviária Estadual, Militar, Polícia Civil, da Guarda Civil Municipal e da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito. Com diminuição de 22%, 175 denúncias a menos foram registradas – 117 em maio e 58 em junho. Já a avaliação da situação carcerária de Alagoinha foi realizada com visitas às prisões da cidade ainda em 2015 e acompanhada da elaboração de relatórios nos quais foram apontados alguns problemas. Como resultado, o MP propôs duas ações civis públicas e uma ação penal pública.

Com o objetivo de mobilizar e unir a comunidade local para debater questões ligadas à segurança pública da cidade, o Conselho Comunitário de Segurança Pública foi uma das primeiras ações do comitê, com início no ano de 2016. E a instalação de câmeras de videomonitoramento da cidade, sugerida pelo Cisp, já passou por processo de licitação e teve sua ordem de serviço assinada. Outras ações importantes do comitê foram: a municipalização do trânsito, mudança que diminuiu as intervenções da Polícia Militar em casos de trânsito municipal; a implementação da Patrulha Maria da Penha, que busca proteger mulheres vítimas de violência doméstica; a campanha 'Receptação Dá Cadeia!', para conscientizar a população sobre os malefícios de comprar ou receber produtos de um crime, como celulares roubados; a implantação da Central de Acompanhamento de Penas Alternativas (Ceapa) para monitorar a execução de medidas alternativas para pessoas condenadas; e a elaboração do Plano Municipal de Prevenção da Violência, na qual o comitê dialoga com o governo municipal para criar iniciativas que previnam que jovens cometam crimes.



MP promove curso de Justiça Negociada em Ilhéus

O acordo de não persecução penal e a política criminal do Ministério Público foram alguns dos assuntos debatidos na última sexta-feira, dia 6, durante o curso 'Justiça Negociada', que aconteceu na comarca de Ilhéus. Promovido pelo MP, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), o curso foi ministrado pelo promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Arthur Pinto de Lemos Júnior, e teve como mediador o promotor de Justiça do MP baiano, José Renato Oliva Matos, coordenador do Ceaf. Também foram debatidos temas como a colaboração premiada (regras, estratégias e o termo de acordo), e resolução consensual de casos de improbidade administrativa. Segundo o promotor de Justiça José Renato Oliva, esse foi mais um curso promovido no interior do Estado, atendendo à política de interiorização de eventos do MP.

“É possível concluir que a realização de acordos penais no Brasil, apesar de não ser a única e suficiente alternativa para a resolução dos graves problemas do nosso sistema, afigura-se como uma medida imprescindível e urgente para deflagrar um sério processo de aprimoramento e reforma do modo com que é realizada a nossa persecução penal”, afirmou o promotor de Justiça Arthur Pinto. Estiveram presentes membros e servidores do MP, além de juízes, delegados e oficiais da Polícia Militar da regional de Ilhéus e cidades vizinhas. O promotor de Justiça Arthur Pinto coordena atualmente o Caocrim do MP de São Paulo e a Escola Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC).

Saiba mais em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/48080>



Congresso derruba 18 vetos presidenciais da Lei de Abuso de Autoridade.

É crime violar direito ou prerrogativa de advogado, como a inviolabilidade do escritório, com pena de três meses a um ano de detenção e multa. É o que diz a Lei de Abuso de Autoridade depois que o veto presidencial a este trecho foi derrubado pelo Congresso nesta terça-feira (24/9).

Os parlamentares derrubaram 18 dos 33 artigos vetados pelo presidente Jair Bolsonaro na Lei de Abuso de Autoridade.

Segundo o Congresso, entre os vetos que foram mantidos estão o artigo que proíbe que quem cometa crimes exerça funções de natureza policial ou militar no local em que residir ou trabalhar a vítima.

Também será tornado lei, porque derrubado o veto, o dispositivo que prevê ação penal privada subsidiária, em caso de omissão do Ministério Público em propô-la.



Ministra nega transferência de policial denunciado por morte de Marielle Franco e Anderson Gomes

Defesa pedia liminar para que Ronnie Lessa fosse transferido da Penitenciária Federal de Mossoró (RN) para um presídio no Rio de Janeiro, alegando que os fundamentos utilizados para a transferência seriam ilegais.

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido liminar no Habeas Corpus (HC) 175434 no qual a defesa do policial militar reformado Ronnie Lessa, que atualmente está preso na Penitenciária Federal de Mossoró (RN), solicita seu retorno a um presídio no Estado do Rio de Janeiro. Denunciado pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, Lessa foi transferido para presídio federal por determinação do Juízo da 4ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.



A defesa alega que a transferência é ilegal e se baseia, entre outros pontos, nos vínculos de amizade de Lessa com agentes policiais. Mas, segundo a ministra Rosa Weber, as instâncias ordinárias justificaram a medida com base no interesse da segurança pública, a partir de indícios de que Lessa teria participação em organização criminosa na Zona Oeste do Rio, com envolvimento em tráfico de armas, exploração de caça-níqueis, grupos de extermínio e ligação com milícias supostamente compostas por policiais militares da ativa.

Nova lei obriga agressor doméstico a ressarcir SUS por atendimento a vítimas.



Virou lei o projeto que responsabiliza o agressor pelo ressarcimento dos custos de serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar. A Lei 13.871, de 2009, que altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), foi sancionada nesta terça-feira (17) pelo presidente da República.

A lei acrescenta três parágrafos ao artigo 9º da Lei Maria da Penha. O primeiro determina que o agressor deverá ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir o SUS, pelos custos do atendimento prestado à vítima. O segundo parágrafo dita que o agressor também deverá ressarcir os custos com os dispositivos de segurança usados em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência ou familiar. O ressarcimento feito pelo agressor, segundo o terceiro parágrafo, não importará ônus de qualquer natureza ao patrimônio da mulher e dos seus dependentes e nem servirá como atenuante ou substituição da pena aplicada.

Defensoria lança Relatório das Audiências de Custódias realizadas em Salvador no período de 2015 a 2018

Com mais de 100 páginas, o Relatório traz os dados e o perfil dos 17.793 flagranteados durante o período

No mês em que as audiências de custódia completam quatro anos em que foram regulamentadas, a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA lançou o “Relatório das Audiências de Custódia na comarca Salvador/Bahia (anos 2015 a 2018)”. O estudo foi apresentado na sexta-feira, 6, na sede administrativa da Instituição, em Salvador, durante coletiva que reuniu a imprensa e que também contou com a participação de defensores públicos, servidores e representantes da sociedade civil.



Nem júri legitima execução antecipada da pena, decide Celso de Mello

Celso de Mello define que veredito do júri não legitima a execução antecipada

A soberania do veredito do júri não legitima a execução antecipada ou meramente provisória da condenação proferida pelo conselho de sentença, segundo decisão do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu habeas corpus a um homem condenado em primeira instância.

No despacho, Celso de Mello comenta a decisão que reconheceu a possibilidade de impor ao réu a antecipação da pena mesmo com o paciente condenado apenas em primeiro grau.

O ministro alega inaplicabilidade de precedentes do Supremo Tribunal Federal que autorizam a execução penal antecipada em decisões do Conselho de Sentença.



Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-23/nem-juri-legitima-execucao-antecipada-pena-decide-celso-mello>

Três empresários são presos durante “Operação Avati”

Três empresários e um caseiro foram presos na manhã desta quinta-feira, dia 12, durante a “Operação Avati”. As prisões foram efetuadas nos estados da Bahia e Alagoas, onde também foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão, por força-tarefa formada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e secretarias da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) e de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP), com apoio dos MPs estaduais de Alagoas, Goiás e Rio Grande do Sul e Secretaria da Fazenda de Alagoas. A operação visou combater a sonegação fiscal e reprimir delitos de associação criminosa e lavagem de dinheiro, que teriam provocado um dano de mais de 6,5 milhões aos cofres públicos baianos. Os resultados foram apresentados no final da manhã, durante coletiva realizada na sede do MPBA em Barreiras.

O MPBA atuou por meio da Promotoria Regional de Combate à Sonegação Fiscal em Barreiras e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf); e a SSP através do Departamento de Repressão ao Crime Organizado (Draco). Na Bahia, a ação envolveu nove promotores de Justiça, 2 servidores da Sefaz, dez delegados de Polícia, seis escrivães de Polícia e 48 policiais civis, além de uma frota de 16 viaturas.



Expediente

CEOSP

Coordenador

Geder Luiz Rocha Gomes

Equipe

Renato Mendes Costa Figueiredo – Assessor Jurídico

Carollina Aragão Ferreira Binda – Analista Jurídico

Roberto Catai Ferreira Júnior – Assistente Técnico-Administrativo

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

Alex Santana – Estagiário de Direito

Anderson Vinícius de Jesus Pereira – Estagiário de Ensino Médio

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social

Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social

✉ ceosp@mpba.mp.br

☎ 71 3103-0381

☎ 71 3103-0382

☎ 71 3103-0383



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP
5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui